



# **OBSERVATÓRIO INTERNACIONAL DO SÉCULO XXI**

**Nº 12 - Julho/2025**



# **ÁFRICA INSUBMISSA**



**O OBSERVATÓRIO INTERNACIONAL DO SÉCULO XXI é um *think tank* independente, que acompanha, analisa e faz prospecções de acontecimentos e cenários internacionais. Este Boletim contém diagnósticos curtos e notas executivas, que se propõem contribuir para a tomada de decisões de políticos, gestores, técnicos e acadêmicos vinculados à área de política externa e de políticas públicas, frente aos acontecimentos que mais se destacaram em cada conjuntura analisada.**

**Seus colaboradores compartilham a convicção de que o Sistema Interestatal Capitalista está atravessando um período de mutação profunda. Essas mudanças estão provocando transformações nos campos tecnológico, econômico, social e cultural, com repercussões no mundo do trabalho, da convivência social e das relações entre os Estados, as grandes corporações, as religiões e as próprias civilizações.**

**O Observatório Internacional do  
Século XXI é uma publicação do Grupo  
de Pesquisa Poder Global e Geopolítica  
do Capitalismo do  
CNPQ/LABEPOG/NUBEA/UFRJ**

**Todos os direitos reservados**

**A reprodução dos artigos deve ser feita  
mediante a indicação da fonte e  
colocação do link deste Boletim  
(<https://nubea.ufrj.br/index.php/observatorio-internacional>)**

**ISENÇÃO DE RESPONSABILIDADE**

**O conteúdo dos artigos é de responsabilidade exclusiva do(s)  
autor(es) dos mesmos, não refletindo necessariamente a  
*opinião* institucional do Observatório Internacional do  
Século XXI nem de seus editores, ou de qualquer outro  
autor.**



# OBSERVATÓRIO INTERNACIONAL DO SÉCULO XXI

## Nº 12 - Julho/2025

### COMITÊ EDITORIAL

José Luís Fiori  
Maria Claudia Vater  
Andrés Ferrari Haines

### COLABORADORES DESTA NÚMERO

Andrés Ferrari Haines  
Carlos Renato Ungaretti  
Daniel Barreiros  
Elias Jabbour  
Flavio Aguiar  
Georges Flexor  
-----

José Luís Fiori  
Karina Kato  
Mirelli Malaguti  
Nelson Delgado  
Wagner Sousa  
William Nozaki

Foto de capa: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2025-05/lider-anti-imperialista-em-burkina-faso-traore-se-destaca-na-africa>

**E**

**ste Boletim do Observatório Internacional do Século XXI está completando dois anos de circulação, e este seu décimo-segundo número focaliza a África.**

**A África, seus recursos naturais, suas economias nacionais, e sua inserção internacional. Como um espaço de disputa e competição entre as Grandes Potências, e como lugar onde se trava hoje a luta mais consciente contra o neocolonialismo ocidental.**

**Este número também analisa a dimensão geopolítica da escolha do novo Papa; os efeitos da “Guerra dos 12 Dias”; a repercussão das reuniões do Mercosul e do BRICS, realizadas no mês de julho; o recente acordo comercial entre EUA e Vietnã, e finalmente, as últimas reuniões do G7 e da OTAN, realizadas em Kanansakis, no Canadá, em Haia, na Holanda.**

# SUMÁRIO

<b>OS RECURSOS NATURAIS, A DISPUTA GEOPOLÍTICA, E A LUTA PELA SOBERANIA AFRICANA</b>	<b>7</b>
<i>Por José Luís Fiori.....</i>	
<b>A SOMBRA NEOCOLONIAL FRANCESA NA ÁFRICA</b>	<b>11</b>
<i>Por Wagner Souza .....</i>	
<b>A MILITARIZAÇÃO DA ÁFRICA</b>	<b>13</b>
<i>Por Daniel Barreiros .....</i>	
<b>ÁFRICA: ENTRE O ENDIVIDAMENTO EXTERNO E A SOBERANIA</b>	<b>17</b>
<i>Por Mirelli Malaguti .....</i>	
<b>A POBREZA E A RIQUEZA ENERGÉTICA AFRICANA</b>	<b>20</b>
<i>Por William Nozaki .....</i>	
<b>A (IMPROVÁVEL) SEGURANÇA ALIMENTAR AFRICANA NO NOVO TABULEIRO GEOPOLÍTICO GLOBAL</b>	<b>25</b>
<i>Por Karina Kato .....</i>	
<i>Georges Flexor .....</i>	
<i>Nelson Delgado.....</i>	
<b>BRASIL E ÁFRICA: A COMARCA DO ATLÂNTICO SUL</b>	<b>28</b>
<i>Por Flávio Aguiar .....</i>	
<b>O NOVO RELACIONAMENTO “MULTIPOLAR” DA RÚSSIA COM A ÁFRICA</b>	<b>31</b>
<i>Por Andrés Ferrari Haines .....</i>	
<b>CHINA E ÁFRICA: UMA RELAÇÃO INOVADORA. E COMPETITIVA</b>	<b>34</b>
<i>Por Elias Jabbour.....</i>	
<b>O SIGNIFICADO POLÍTICO DA ELEIÇÃO DE LEÃO XIV</b>	<b>37</b>
<i>Por Flávio Aguiar .....</i>	
<b>AS REUNIÕES DO MERCOSUL E DO BRICS E A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA</b>	<b>40</b>
<i>Por Carlos Renato Ungaretti +.....</i>	
<b>O ORIENTE MÉDIO DEPOIS DO ATAQUE AO IRÃ</b>	<b>43</b>
<i>Por Wagner Souza .....</i>	
<b>A REUNIÃO DO G7 E A CÚPULA DA OTAN: DA COMÉDIA À HUMILHAÇÃO</b>	<b>46</b>
<i>Por José Luís Fiori .....</i>	

## ***OS RECURSOS NATURAIS, A DISPUTA GEOPOLÍTICA. E A LUTA PELA SOBERANIA AFRICANA***

**Por José Luís Fiori**

-----

**A** África é o segundo maior continente do mundo, com cerca de 1 bilhão e meio de habitantes, ou seja, 18,83% da população mundial. São nove territórios e 57 Estados independentes, divididos em cinco grandes regiões, e é comum separá-las em dois grandes blocos: a África do Norte, predominantemente arábica, e a África Negra ou Sub-Sahariana, ao sul do Sahel. Apesar de suas dimensões geográficas e demográficas, a África produz apenas 5,4% do PIB mundial (em termos de paridade do poder de compra), 2% das transações comerciais globais e captou menos de 2% do investimento direto estrangeiro dos últimos anos.

A independência africana, depois da II Guerra Mundial, despertou grandes expectativas com relação aos seus novos governos de “libertação nacional” e projetos de desenvolvimento, que foram bem-sucedidos – em alguns casos – durante os primeiros tempos de vida independente. Esse desempenho inicial, entretanto, foi atropelado por sucessivos golpes militares (envolvendo, quase sempre, suas ex-metrópoles coloniais) e pela crise mundial dos anos 1970, que atingiu todas as sociedades periféricas, provocando um prolongado declínio da economia africana até o início do século XXI. Na década de 90, depois do fim do mundo socialista e da Guerra Fria, e no auge da globalização financeira, o continente africano ficou praticamente à margem dos novos fluxos de comércio e investimentos globais. E só voltou a crescer nas primeiras décadas do século XXI, assim mesmo de forma extremamente desigual. Nigéria, Egito e África do Sul são os três países mais ricos da África.

A África conta com 25% das reservas mundiais de urânio, mais de 35% do potencial hidroelétrico do mundo e é responsável pelo fornecimento de 15% da produção mineral do planeta, dos quais 20% de diamantes e platina, 50% de cobalto, mais de 30% de ouro e de cromo, e cerca de 20% de manganês e fosfato.

Além disso, a África é hoje uma grande produtora e fornecedora de petróleo para a Europa e a Ásia. E foi graças a essa sua produção energética, e de alguns outros minerais estratégicos, que a economia africana começou a se recuperar a partir de 2001, alavancada pelo

energética, e de alguns outros minerais estratégicos, que a economia africana começou a se recuperar a partir de 2001, alavancada pelo crescimento econômico da China e da Índia. Hoje a China é o maior parceiro comercial da África e vem aumentando seus investimentos em infraestrutura, energia e mineração, assim como no caso da Índia, que compete com os chineses em muitos casos, rivalizando e superando em conjunto a Europa e os Estados Unidos, que foram os principais parceiros econômicos do continente africano logo após as independências nacionais.

Nesse novo contexto, adquire enorme importância a incorporação de Nigéria, Egito e Etiópia como países-membros do BRICS, na 15ª Cúpula do BRICS, realizada em Johannesburgo. Estes vieram se somar à África do Sul como “membros plenos”, e a Nigéria e Uganda, que foram convidados como “membros associados” na 16ª Cúpula do BRICS, realizada na cidade de Kazan, Rússia.

Do lado norte-americano, depois da frustrada “intervenção humanitária” na Somália, em 1993, o presidente Bill Clinton visitou o continente e definiu uma estratégia de “baixo teor” para a África: democracia e crescimento econômico, através da globalização de seus mercados nacionais. Mas após 2001, os Estados Unidos mudaram sua política africana, em nome do combate ao terrorismo e da proteção de seus interesses estratégicos e energéticos, culminando com a criação, em outubro de 2007, do Comando dos Estados Unidos para a África, o AFRICOM, estabelecido em Camp Lemonnier, a maior base militar dos EUA na África, na cidade de Djibouti, onde França e China também possuem bases ultramarinas.

Esse aumento da presença militar americana, entretanto, não foi um fenômeno isolado nas duas primeiras décadas do século XXI; pelo contrário, foi acompanhado de perto pela União Europeia e Grã-Bretanha, que mantém uma importante base militar conjunta com os EUA nas Ilhas Chagos, especificamente em Diego Garcia. Por outro lado, a Rússia vem expandindo sua presença africana, com a assinatura de vários acordos de colaboração militar com países da África Negra – em particular da região do Sahel, que se estende da Costa Atlântica até o Mar Vermelho –, envolvendo o projeto de instalação de uma base naval na costa do Mar Vermelho, no território do Sudão.

Mais recentemente, depois da reeleição de Donald Trump, os EUA recolocaram a economia e recursos minerais no topo da sua agenda africana. E Trump promoveu um primeiro acordo de paz entre Ruanda e a República Democrática do Congo, depois de décadas de conflito, que rendeu para os EUA um acesso privilegiado aos recursos minerais do Congo, como no caso dos seus acordos recentes com a Ucrânia. Assim mesmo, este jogo de xadrez e

econômico e militar tende a se complicar complicou-se com o avanço da competição e do enfrentamento entre as “potências ocidentais” e os países do BRICS, liderados exatamente, pela China, Rússia e Índia. Uma disputa que relembra a todo momento a mesa a ameaça de uma volta à história trágica da dominação colonial da África.

Cabe lembrar que tudo começou exatamente com a conquista portuguesa da cidade de Ceuta, no norte da África, em 1415, seguindo depois pela costa africana, transformando a população negra na principal commodity da economia mundial a partir do século XVI. Depois, de novo, na “era dos impérios”, no final do século XIX, as potências europeias conquistaram e submeteram – em poucos anos – todo o continente africano, com exceção da Etiópia. E agora, já na terceira década do século XXI, há sinais de que a África possa se transformar – uma vez mais – no palco de um novo grande enfrentamento entre as velhas e novas grandes potências do sistema internacional.

É nesse contexto que se deve ler e interpretar a chamada “primavera árabe”, uma revolta social que se alastrou de 2010 a 2015, no chamado “Grande Médio Oriente” (expressão cunhada pela política externa dos EUA), começando pela Tunísia, seguida por Líbia, Egito, Marrocos e Argélia. Foi um movimento que combinou, em todos os casos, a efervescência e a revolta social interna de cada um destes países com o patrocínio e a intervenção externa, direta ou indireta, dos Estados Unidos, visando a derrubada de governos ou a mudança de regimes que haviam sido apoiados ou financiados até então pelas próprias potências ocidentais. A revolta foi reprimida no Marrocos e na Argélia, e foi revertida no Egito, mas se transformou numa guerra aberta no caso da Líbia, com participação direta das forças da OTAN.

Após 2020, um novo “tufão político” sacudiu a África, com uma sucessão de golpes e revoltas militares concentrados na região do Sahel, incluindo países como Mali, Guiné, Chade, Burkina Faso, Níger e Gabão. Foram sete golpes de Estado em apenas dois anos, quase todos com uma linguagem e proposta de ruptura definitiva dos laços neocoloniais que mantiveram esses países ligados e dependentes de seus colonizadores europeus, mesmo após suas independências. E quase todos se propuseram a aumentar seus graus de soberania interna através de um realinhamento internacional, com uma aproximação militar e econômica da Rússia e da China.

Não há dúvida, entretanto, de que o grande momento de ruptura e afirmação da autonomia africana, em particular a África Negra frente aos seus colonizadores brancos e europeus, aconteceu quando o governo da África do Sul, à frente de vários outros países

africanos, entrou com ação judicial junto à Corte Internacional de Justiça sediada em Haia, acusando Israel de genocídio da população palestina da Faixa de Gaza. Uma petição judicial de 84 páginas que acusa Israel de haver violado a Convenção de Genebra de 1948, apoiada posteriormente pelos 57 países da Organização dos Países Islâmicos, e pelos 22 membros da Liga Árabe, além dos governos de Turquia, Colômbia, Brasil e Bolívia.

Pela primeira vez na História, um país africano e negro, ex-colônia europeia, se levanta sobre seus próprios pés e toma a iniciativa soberana de acusar Israel, um “país branco e escolhido por Deus”, por crimes contra a humanidade, frente a um tribunal criado e controlado pelas grandes potências colonialistas europeias, as mesmas que criaram e mantêm o Estado de Israel. Um verdadeiro momento revolucionário nas relações entre a África e seus ex-colonizadores, e mais do que isto, uma momento revolucionário na história moral do Sistema Internacional e da Humanidade.

## A SOMBRA NEOCOLONIAL FRANCESA NA ÁFRICA

Por Wagner Souza

---

A herança do período chamado “neocolonial” das potências europeias na África, “A Era dos Impérios”, entre 1875 a 1914, da qual tratou, em livro homônimo, o historiador britânico Eric Hobsbawn permanece na vida africana até os dias atuais. A descolonização do pós-guerra, embora tenha dado autonomia política formal, não propiciou aos países que surgiram alcançar o desenvolvimento capitalista de zonas mais “avançadas”. Não significou, portanto, independência econômica, soberania. Permaneceram as “zonas de influência” de antigas potências colonizadoras a que nos últimos anos se somaram novas potências. Nestas “zonas de influência”, em regra, há acordos comerciais desfavoráveis, dependência por dívidas, exploração de recursos naturais em termos muito vantajosos ao investidor estrangeiro, intervenções políticas e acordos militares.

A África é o continente mais abalado por grave instabilidade política, conflitos armados internos e golpes de Estado. Nos últimos anos viu-se golpes de Estado em países especialmente da África Ocidental como Gabão, Mali, Burkina Faso e Níger. São todos países que sempre tiveram forte influência da França. Até mesmo duas “zonas monetárias” envolvendo suas então colônias foram estabelecidas com a criação, em 1945, do Franco CFA, o que envolveu manter a França na gestão monetária e fazer com que parte das reservas desses países ficassem em Paris. O site Jacobin Brasil, a respeito da chamada “Françafrique” (nome dado à rede de proteção e promoção dos interesses neocoloniais franceses na África, numa tentativa de jogar luz sobre o sentimento de aversão à França que se espalhou no continente nos últimos anos) traz uma descrição sobre a relação entre a França e suas ex-colônias: “(...)Multinacionais francesas assumiram minas de urânio no Níger, plantações em Camarões e refinarias de petróleo no Gabão. Enquanto isso, o exército francês interveio em pelo menos dezesseis países africanos diferentes entre 1960 e 1991 para defender aliados e proteger interesses estratégicos. Nos últimos anos, tornou-se um rito de passagem para novos presidentes franceses declarar o fim da Françafrique.”

Esta relação bastante desigual não contribuiu para combater a pobreza endêmica nesses países, o que se tornou combustível para

a insatisfação popular e revolta contra os governos e suas alianças com os franceses. Entre 2022 e 2024 as tropas francesas foram expulsas do Mali, Burkina Faso, Níger e Chade. Em 2025, Costa do Marfim e Senegal fizeram o mesmo e acentuaram o enfraquecimento da presença francesa no continente. O intervencionismo militar tem papel importante no desgaste da imagem francesa entre os africanos.

O cenário pós-Guerra Fria, a partir dos anos 1990, mudou a política dos EUA na região que, sem a necessidade de conter a URSS, não precisava tanto do apoio francês com seus vínculos regionais. A potência hegemônica vencedora da Guerra Fria sentiu-se autorizada então a um forte movimento intervencionista militar e a África foi um dos principais “tabuleiros” onde isso ocorreu.

Por fim, há um inevitável declínio relativo da França (e dos europeus em geral) no mundo, com a ascensão de novos atores (principalmente China e Índia), reafirmação de velha potência (a Rússia, que se beneficia da memória da política externa soviética para o continente) e outros, como a Alemanha, que vem buscando aumentar a sua presença. É possível que a União Europeia, se conseguir unificar a sua política externa no futuro, possa representar uma presença europeia renovada no continente. Contudo, essa unificação, há muito discutida, está longe de ser algo trivial de se conseguir. No que diz respeito à França, tudo indica que seu papel na África deverá ter cada vez menos importância.

## A MILITARIZAÇÃO DA ÁFRICA

Por Daniel Barreiros

---

**E**m um mundo marcado por estagnação populacional e ritmos baixos de crescimento, a África vem se destacando pelo seu relevante potencial econômico. De acordo com dados do Banco Mundial, enquanto as principais economias desenvolvidas devem crescer em torno de 1,5% em 2025–2026, a África Subsaariana deve manter crescimento real entre 3,5% a 4,3% no mesmo período. O continente desfruta de fatores demográficos favoráveis (uma população jovem, por exemplo), que, somados à urbanização acelerada, abundantes recursos naturais (incluindo 30 % das reservas minerais globais) e integração regional crescente por meio de iniciativas como a AfCFTA e a área Tripartite (COMESA-EAC-SADC), sustentam taxas de crescimento reais projetadas em cerca de 4,3% em 2026-2027. Investimentos russos e chineses fluem para as áreas de infraestrutura, energia, tecnologia digital e mineração, ampliando a influência econômica e geopolítica de Pequim e Moscou no continente.

Além do vigor demográfico e da urbanização, a dimensão estratégica da África se ancora cada vez mais no controle de matérias-primas críticas para setores de alta tecnologia, transição energética e segurança global. O continente detém algumas das maiores reservas de cobalto, lítio, níquel e terras raras, fundamentais para a produção de baterias de veículos elétricos, semicondutores, turbinas eólicas e painéis solares, considerados cruciais nas estratégias de “descarbonização” entre as economias avançadas. Países como a República Democrática do Congo concentram mais de 70 % da produção mundial de cobalto, enquanto Zâmbia e Zimbábue se destacam pela produção de lítio; depósitos de urânio do Níger - o quarto maior exportador mundial - são vitais para países com forte peso nuclear em sua matriz energética, como a França. É inevitável que essa riqueza mineral se torne um eixo de disputa geopolítica intensa.

Assim como os Estados Unidos vêm atrelando sua presença diplomática e militar na África à busca de garantias de acesso a recursos naturais críticos (como foi o caso recente da mediação do acordo de paz entre Ruanda e a República Democrática do Congo), Pequim e Moscou trilham o mesmo caminho, pavimentado nesse

caso por uma frequente retórica anticolonialista. Pelo lado das elites políticas africanas - em especial das então contraelites militares, recentemente alçadas ao poder por meio de rupturas institucionais -, o acesso a tecnologias, financiamento e apoio militar sem as condicionalidades políticas estrategicamente impostas pelo Ocidente configura-se como uma alternativa quase irrecusável. Tais condicionalidades, frequentemente vinculadas à promoção de reformas democráticas, não raro resultam na formação de governos estruturalmente frágeis e politicamente alinhados aos interesses das potências ocidentais, ainda que formalmente comprometidos com a governança liberal. Nesse cenário, a possibilidade de negociar diretamente com potências como Rússia e China, que oferecem apoio sem exigências ideológicas explícitas, amplia o espaço de manobra dessas elites e reforça sua busca por maior autonomia estratégica.

Entretanto, o interesse por parcerias militares alternativas à União Europeia ou aos Estados Unidos não se restringe às novas elites oriundas de golpes ou rupturas institucionais, e talvez seja ainda maior entre regimes mais consolidados ou estáveis (como os da Argélia, do Egito e de Angola). No caso da Argélia, por exemplo, o aumento expressivo de seus gastos militares (US\$ 21,8 bilhões em 2024) está inserido num contexto de rivalidade histórica com Marrocos, disputas não resolvidas sobre o Saara Ocidental, preocupação com a instabilidade no Sahel e a necessidade de manter dissuasão regional. Em 2024, isso representou cerca de 21% das despesas estatais e 8% do PIB argelino, à frente de países com a Arábia Saudita (com 7,3%) e compatível com países em guerra, como Israel (8,8%) e a própria Rússia (7,1%). Para esses países africanos, a aliança com Moscou e Pequim oferece vantagens específicas: acesso a armamentos avançados a preços competitivos, transferência tecnológica sem exigências políticas, e diversificação de fornecedores militares diante da instabilidade ou restrições impostas por parceiros ocidentais.

O aumento vertiginoso dos gastos militares africanos evidencia a militarização em curso: em 2023, o continente registrou uma elevação de 22% nas despesas com defesa, totalizando US\$ 51,6 bilhões, cifra que subiu para US\$ 52,1 bilhões em 2024. A Argélia lidera esses gastos, seguida pelo Egito e pela Nigéria, esta última com crescimento de 20% em 2023, somando US\$ 3,2 bilhões. A República Democrática do Congo e o Sudão do Sul, por sua vez, apresentaram aumentos impressionantes de 105% e 78%, respectivamente. No Norte da África como um todo, os gastos militares saltaram para US\$ 30,2 bilhões em 2024, uma alta de 8,8% em relação ao ano anterior e 43% em comparação a 2015.

A Rússia, apesar das sanções e do foco militar na Ucrânia, ainda responde por cerca de 40% das importações de armas pelos países do continente africano como um todo, fornecendo desde caças e sistemas antiaéreos até armas leves e tanques. O uso de companhias militares privadas, como o Wagner Group e seu sucessor Africa Corps, tornou-se a principal via de Moscou para garantir influência no continente, particularmente em zonas instáveis e ricas em recursos, como Mali, República Centro-Africana, Sudão e Níger. Além do apoio em combate, essas organizações controlam minas, protegem autoridades locais e garantem a exploração de ouro e diamantes, monetizando seu envolvimento militar. Estima-se que o Wagner tenha arrecadado até US\$ 2,5 bilhões com recursos africanos, reinvestidos na máquina de guerra russa.

A China, por sua vez, lidera no fornecimento de armamentos à África Subsaariana, adotando uma estratégia de “soft militarization” atrelada à sua Belt and Road Initiative (BRI). Dados do SIPRI mostram que entre 2019 e 2023 a China foi responsável por cerca de 19% das importações de armamentos na região, superando a Rússia, que ficou com 17%; exporta armamentos com custos competitivos (como drones, foguetes, veículos blindados e sistemas de vigilância) e reforça laços através de treinamentos, exercícios conjuntos e plataformas de cooperação como o Fórum de Cooperação China-África (FOCAC). A base militar de Djibuti, inaugurada em 2017, é o símbolo da nova postura expedicionária chinesa: dali, o Exército de Libertação Popular realiza operações de patrulha, reabastecimento e apoio logístico.

Assim, diante da crescente centralidade estratégica da África no cenário global, é possível antever uma intensificação contínua da militarização do continente nos próximos anos, acompanhada por um uso cada vez mais sistemático da retórica anticolonialista. Tal discurso tem sido mobilizado tanto por elites insurgentes africanas - que, não sem razão, associam seus opositores internos à colaboração com interesses “imperialistas” - quanto por Moscou e Pequim, que empregam essa narrativa como vetor simbólico e ideológico para legitimar sua presença e enfraquecer a influência ocidental. Não devemos, contudo, imaginar algo como uma “corrida armamentista” na África, mas o surgimento de bolsões altamente militarizados, produzidos por dinâmicas geopolíticas regionais. Essas dinâmicas estão fortemente emaranhadas à importância geoeconômica do continente, com seus vastos recursos minerais críticos e um vigoroso crescimento demográfico, que o tornam terreno de disputas entre grandes potências. Nesse contexto, acordos bilaterais que envolvem trocas entre apoio militar e acesso a recursos vêm se tornando cada

vez mais comuns, tanto por parte de elites instáveis quanto de regimes consolidados. O aumento expressivo dos gastos militares, a diversificação de fornecedores, e a proliferação de bases, mercenários e sistemas de vigilância apontam para um continente em reconfiguração estratégica de médio prazo, que só poderá ser interrompida - se vier a ser - na circunstância de eventos de impacto massivo em escala global.

# ÁFRICA: ENTRE O ENDIVIDAMENTO EXTERNO E A SOBERANIA

Por Mirelli Malaguti

---

## O neocolonialismo do endividamento

Nos últimos anos, vários países africanos têm se levantando contra o denominado neocolonialismo, isto é, a preservação de instrumentos de colonialismo embora eles tenham obtido sua soberania nacional formal. Um dos principais instrumentos para isso é a preservação do endividamento externo. Apesar dessa situação não ser exclusiva dos africanos, eles constituem um espectro importante entre os países de baixa renda.

Os recursos recebidos, supostamente, buscam resolver os problemas econômicos dos países receptores e viabilizar seu desenvolvimento. Contudo, após décadas dessas ajudas, apenas resultaram em mantê-los fortemente endividado sem deixar de ser, em sua maioria, apenas vendedores de recursos naturais aos mercados ocidentais. Além disso, grande parte dos seus setores mais dinâmicos acabam na mão de organismos internacionais até de empresas estrangeiras que ficam com a grande parte dos montantes recebidos. A contínua necessidade de novos empréstimos faz com que eles tenham que seguir condicionantes na aplicação de políticas típicas de ajuste do FMI. Atualmente, 22 países africanos apresentam mais gastos com dívida do que em saúde e 6 mais que em educação.

## O contexto dramático do endividamento

Em 2024, a dívida pública total da África atingiu aproximadamente US\$ 1,9 trilhão, com uma relação dívida/PIB média de 67%. Tendo chegado a mais de 90% no início dos anos 90, passou para 30% com as iniciativas de remissão internacionais como a Iniciativa para Países Pobres Altamente Endividados (HIPC) e a Iniciativa Multilateral de Alívio da Dívida (MDRI) que proporcionaram alívio significativo da dívida dessas nações. A partir de 2008, o peso da dívida do continente cresceu substancialmente e a relação dívida/PIB agregada aumentou 40%, tendo atingido 71% do PIB em 2023, o que acende um alerta para a sua sustentabilidade. Em

especial, pelo fato de que a maior parte, em torno de US\$ 1,2 trilhão constitui-se em dívida externa. Os níveis de dívida externa da África permanecem elevados devido às altas taxas de juros e a crescente demanda por divisas para financiar importações.

O endividamento do continente não é homogêneo. Dez nações africanas possuem 69% do estoque total da dívida externa do continente: África do Sul (14%), Egito (13%), Nigéria (8%), Marrocos (6%), Moçambique (6%), Angola (5%), Quênia (4%), Gana (4%), Costa do Marfim (3%) e Senegal (3%).

De fato, os níveis de dívida pública parecem razoáveis em comparação a outras regiões, contudo, são mais limitadores por conta da falta de acesso ao mercado de capitais e do alto risco. No âmbito do quadro para países sem acesso ao mercado, nove nações são identificadas como enfrentando situações de dívidas de alto risco: Gana, Malawi, Moçambique, República do Congo, São Tomé e Príncipe, Somália, Sudão, Zâmbia e Zimbabuê. E 19 países são classificados como tendo um alto risco de sobreendividamento: Burundi, Cabo Verde, Camarões, República Centro-Africana, Chade, Comores, Djibuti, Etiópia, Gâmbia, Gabão, Guiné-Bissau, Quênia, Libéria, Maurícias, Serra Leoa, Sudão do Sul, Guiné Equatorial, Togo e Tunísia.

Além disso, 14 países são avaliados como apresentando risco moderado de superendividamento: Benin, Burkina Faso, Costa do Marfim, República Democrática do Congo, Guiné, Lesoto, Madagascar, Mali, Mauritânia, Níger, Ruanda, Senegal, Tanzânia e Uganda. Em contraste, para economias com acesso a mercados, os riscos no Egito e em Angola são classificados como altos. Por outro lado, os perfis de dívida soberana em Seychelles, Marrocos, Namíbia, Nigéria e África do Sul apresentam um risco moderado de superendividamento. Por fim, o risco soberano é classificado como baixo em Botsuana e Eswatini.

A maior parte da dívida total da África é de longo prazo, relativa a investimento para o desenvolvimento de infraestrutura, que gira em torno de 75,0% da dívida total do continente. Enquanto a dívida de curto prazo e a dívida do FMI representavam aproximadamente 16% e 9%, respectivamente.

Contudo, as taxas de juros efetivas para empréstimos na África experimentaram um aumento notável, atingindo um pico de 8,2% em 2024. Este é um aumento significativo da faixa estável de 5,4% para 6,3% observada entre 2008 e 2019. Além disso, os pagamentos de juros mostraram uma tendência de alta, atingindo 5% em 2024, ante 1,4% para 3,4% do PIB. Além disso, a relação entre pagamentos de juros e receita do governo atingiu o pico de 27,5% em 2024, em

comparação com 6,8% a 19% observados entre 2008 e 2019, indicando que parcela mais significativa da receita vem sendo alocada ao serviço da dívida.

Portanto, apesar do estoque relativamente baixo da dívida externa da África, os pagamentos do serviço da dívida estão em seus níveis mais altos desde a última crise da dívida. Esse aumento se deve da crescente dependência da África de empréstimos comerciais, além de financiamentos de infraestrutura.

Em comparação com outras regiões em desenvolvimento, o custo dos empréstimos na África é significativamente maior. Em 2023, os rendimentos dos títulos na Ásia e na Oceania atingiram uma média de 5,3%, e na América Latina e no Caribe, uma média de 6,8%. Os rendimentos dos títulos na África atingiram uma média de 9,8%, destacando os desafios específicos da região no acesso a financiamento acessível.

### **Caso sintomático: o Franco CFA**

Por fim, deve-se levantar a questão do Franco CFA que é uma moeda corrente, usada em doze países africanos, anteriormente Colônias Francesas (Camarões, Costa do Marfim, Burquina Fasso, Gabão, Benim, Congo, Mali, República Centro-Africana, Togo, Níger, Chade e Senegal) sendo também usado na Guiné-Bissau (ex-colônia portuguesa) e na Guiné Equatorial (ex-colônia espanhola).

Ele é dividido em duas moedas: União Econômica da África Ocidental e a Comunidade Econômica da África Central, em que esses países tem que: 1. cada um desses bancos centrais tem que manter 50% dos seus ativos estrangeiros no Tesouro Francês, (medida que caiu pra África Ocidental, mas se mantém pra África Central), das reservas; 2. Depósito de 20% da receita do país do ano anterior; 3. Manutenção de uma cobertura cambial de pelo menos 20% para passivos a vista. Ou seja, uma grande parte do continente não tem a soberania de suas políticas monetárias e fiscais.

Nesse ponto é que se observam grande parte das atuais lutas africanas para sua independência econômica. Desde o ano passado, Níger, Burkina Faso e Mali começaram diálogos para abandonar o Franco CFA, num movimento de “recuperar suas soberanias plenas”. Segundo o líder nigerino, Abdourahmane Tchiani, “a moeda é um sinal de soberania. ...Não é mais aceitável que nossos Estados sejam a galinha dos ovos de ouro da França”.

## **A POBREZA E A RIQUEZA ENERGÉTICA AFRICANA**

**Por William Nozaki**

---

### **O paradoxo energético da África**

**A** África, continente com histórica inserção externa periférica nas cadeias globais de valor, enfrenta atualmente um paradoxo energético: o continente africano detém recursos energéticos e minerais abundantes, fósseis e renováveis, mas concentra a maior pobreza energética do mundo. Estima-se que mais de 600 milhões de africanos ainda vivam sem acesso à eletricidade, enquanto mais de um bilhão utilizam lenha, carvão vegetal ou esterco para cozinhar, prática que acarreta graves implicações para a saúde pública e o meio ambiente.

Esse cenário de injustiça energética coexiste com uma geografia energética marcada por grandes reservas de petróleo e gás natural, altíssimo potencial solar e eólico, e depósitos minerais críticos estratégicos para a transição energética global, como cobalto, platina e lítio.

A estrutura do setor energético africano é profundamente desigual e fragmentada. A capacidade de geração elétrica está concentrada em países como África do Sul, Egito, Nigéria e Argélia, enquanto vastas regiões da África subsaariana permanecem isoladas de redes integradas. O consumo per capita de energia é extremamente baixo e a matriz energética ainda é dominada por biomassa tradicional.

Além disso, a falta de infraestrutura, o elevado custo de capital e a escassez de projetos com financiabilidade viável criam barreiras estruturais ao investimento. Apesar de representar cerca de 20% da população mundial, a África atrai menos de 3% do investimento global em energia, com queda acumulada de 34% desde o pico de 2014, segundo a Agência Internacional de Energia.

Entretanto, o continente apresenta também oportunidades relevantes. A intensificação da urbanização e o crescimento de uma classe média emergente projetam um aumento expressivo na demanda energética até 2040. O cenário denominado “Africa Case”, modelado pela IEA, prevê uma expansão da demanda elétrica para mais de 2.300 TWh, com predominância de fontes renováveis e gás natural como suporte para industrialização. A convergência entre eletrificação, descentralização e fontes renováveis representa um

caminho possível para superar a dependência e inserir o continente em novas cadeias de valor.

### **Estratégias de desenvolvimento para a política energética da África**

As políticas africanas para petróleo e gás buscam responder a esse cenário por meio de estratégias ambivalentes. Países como Nigéria, Angola, Argélia e Egito seguem como principais produtores e exportadores de hidrocarbonetos, mas enfrentam desafios estruturais como capacidade limitada de refino, volatilidade de preços e riscos crescentes de ativos encalhados frente à transição energética global. Por outro lado, novas fronteiras energéticas se abrem com os megaprojetos de GNL em Moçambique, Senegal e Tanzânia, e com o reposicionamento de países produtores no mercado global.

No que se refere à transição energética, o continente articula uma agenda que combina desenvolvimento econômico e descarbonização. O Plano de Transição Energética da África, vinculado à Agenda 2063 da União Africana, aposta na ampliação da eletrificação rural, no crescimento de energias renováveis e na industrialização verde. Países como Quênia, Uganda, Marrocos e África do Sul lideram com políticas nacionais robustas, atraindo investimentos em energia solar, eólica, hidrelétrica e geotérmica. O hidrogênio verde, em especial, desponta como vetor estratégico para exportações e reindustrialização.

Nessa disputa estratégica, o Atlântico Sul emerge como uma peça-chave. Do ponto de vista energético, essa região conecta países exportadores africanos a mercados latino-americanos, europeus e asiáticos, funcionando como corredor logístico para petróleo, gás natural liquefeito e minerais críticos. A costa ocidental africana, que inclui Angola, Nigéria e Guiné Equatorial, possui infraestrutura portuária e oleodutos voltados à exportação, sendo fundamental para a segurança energética global.

Além disso, o Atlântico Sul representa uma zona de potencial integração energética Sul-Sul, favorecendo intercâmbios técnicos, investimentos cruzados e complementaridade produtiva com países da América Latina, como Brasil e Argentina. Essa dimensão sul-atlântica da energia africana, pouco considerada nas abordagens tradicionais, revela uma possibilidade geoestratégica alternativa ao eixo Norte global, reafirmando a importância do regionalismo e da cooperação horizontal na construção de soberania energética.

Segundo a Agência Internacional de Energia, estima-se que, para alcançar as metas estabelecidas, os investimentos anuais em energia na África deveriam ultrapassar os US\$ 240 bilhões até 2030, sendo 75% destinados a fontes limpas. No entanto, os obstáculos à mobilização desse capital são consideráveis: risco regulatório, baixa credibilidade das distribuidoras, endividamento público e escassez de capital concessionário. A criação de ambientes regulatórios favoráveis, a capacitação institucional e o uso estratégico de recursos públicos para alavancar capital privado são elementos essenciais para viabilizar a transição.

### **Estratégias geopolíticas e geoeconômicas para o setor de energia da África**

Neste processo, a África tornou-se um dos principais palcos da disputa entre potências globais. A China, por meio da Iniciativa do Cinturão e Rota, investe pesadamente em infraestrutura energética, firmando contratos de longo prazo em petróleo, gás e energia renovável. Sua presença é particularmente notável em países como Angola, Etiópia e Egito.

Os Estados Unidos, por sua vez, articulam sua política energética africana a partir de uma lógica de segurança energética e contenção geopolítica, com iniciativas como o Power Africa, um programa de parcerias público-privadas para aumentar o acesso à eletricidade na África Subsaariana.

A União Europeia, por seu turno, mobiliza recursos para a produção de hidrogênio verde africano e para a diversificação de suas fontes energéticas, enquanto a Rússia aprofunda relações com regimes aliados por meio do fornecimento de gás e produtos do complexo industrial de defesa.

Empresas transnacionais também desempenham papel central nesse tabuleiro. Grandes petroleiras como TotalEnergies, Shell e ENI seguem dominando a exploração e exportação de hidrocarbonetos. Em paralelo, empresas de renováveis como Enel Green Power e Masdar iniciam projetos solares, eólicos e de hidrogênio em regiões estratégicas, sobretudo no Norte e no Sul do continente. Essa dinâmica reforça a condição do continente como território de intermediação energética: exportador de energia primária e importador de tecnologias, com baixo valor agregado local.

O protecionismo comercial promovido e recentemente intensificado por Donald Trump, com ênfase na contenção da China por meio de tarifas sobre semicondutores, veículos elétricos, minerais estratégicos e produtos tecnológicos de ponta, deve acelerar

a disputa por recursos críticos fora dos mercados ocidentais. A África, neste cenário, ganha nova centralidade como fornecedora de petróleo, gás natural, lítio, cobalto e outros insumos essenciais para a transição energética.

Além disso, as tensões econômicas entre EUA e China podem levar a uma intensificação da concorrência geoeconômica no continente, transformando países africanos em pontos estratégicos para garantir acesso seguro a matérias-primas e mercados.

Para os Estados Unidos, a guerra comercial se articula a uma tentativa de isolar a China, limitar sua expansão tecnológica e conter seu avanço em regiões sensíveis do Sul Global. Nesse contexto, a política energética africana pode ser instrumentalizada para atrair países para a esfera de influência ocidental, por meio de iniciativas como a Power Africa ou novas promessas de financiamento para projetos de gás natural, redes elétricas e energia descentralizada. Contudo, as tensões no Oriente Médio e na Eurásia, e a retórica unilateralista de Trump, devem limitar a capacidade de engajamento estruturado e de longo prazo dos EUA no continente.

Já a China, tradicionalmente pragmática em sua atuação africana, deve intensificar sua presença com ainda mais vigor. Diante do cerco comercial promovido pelos EUA, Pequim buscará consolidar suas alianças energéticas no continente por meio de investimentos em infraestrutura, aquisição de ativos estratégicos e promoção do comércio em moedas locais. A energia solar, a construção de barragens, a exploração de petróleo e gás offshore e os projetos de hidrogênio verde são algumas das áreas em que empresas chinesas continuarão a expandir sua influência. Além disso, a China tende a promover acordos bilaterais que visem garantir o fornecimento estável de minerais críticos para a fabricação de baterias, painéis solares e tecnologias de mobilidade elétrica.

A Rússia, por sua vez, vê na África uma oportunidade geoestratégica de escapar da tentativa de isolamento imposto pelo Ocidente desde a guerra na Ucrânia. Sua atuação energética no continente deve se concentrar em duas frentes principais: parcerias em gás natural e petróleo com regimes aliados (como Angola, Argélia e Guiné Equatorial), e acordos nucleares civis por meio da Rosatom. Moscou tende a se apresentar como alternativa política e tecnológica ao Ocidente, buscando fortalecer sua presença militar e energética no norte e centro da África.

Nesse contexto de escalada comercial e realinhamento multipolar, o setor energético africano se verá atravessado por uma dinâmica de competição assimétrica, em que EUA, China e Rússia disputam espaços de influência com instrumentos distintos. Se

Washington tende a articular sua estratégia com normas regulatórias e alianças seletivas, Pequim aposta na escala, na infraestrutura e no pragmatismo comercial. Já Moscou atua com foco político-militar e em nichos energéticos específicos.

Para os países africanos, esse cenário abre tanto oportunidades quanto riscos. Por um lado, a multiplicação de ofertas e investidores pode gerar ganhos de barganha e maior autonomia na definição de seus projetos energéticos. Por outro, existe o risco de instrumentalização externa e de fragmentação de políticas energéticas nacionais, transformando o continente em campo de disputa entre potências sem uma estratégia comum de integração e soberania.

Em última instância, o agravamento da guerra comercial entre EUA e China reforça a centralidade da África no século XXI como espaço de disputa energética e geopolítica.

A forma como os países africanos conseguirão articular seus interesses diante desse novo embate entre potências — mantendo a diversidade de parcerias, fortalecendo sua integração regional e priorizando o desenvolvimento energético inclusivo — será decisiva para determinar se o continente seguirá como periferia exportadora de recursos ou se afirmará como ator estratégico no novo ordenamento global.

# **A (IMPROVÁVEL) SEGURANÇA ALIMENTAR AFRICANA NO NOVO TABULEIRO GEOPOLÍTICO GLOBAL**

**Por Karina Kato  
Georges Flexor  
Nelson Delgado**

---

A segurança e a soberania alimentar permanecem entre os principais desafios da África Subsaariana no século XXI. Segundo o relatório Estado da Segurança Alimentar no Mundo – 2024, da FAO, apesar de seu potencial agrícola, desde 2010 a fome segue em crescimento na ASS. Atualmente, cerca de 20,4% da população africana enfrenta a fome (uma em cada cinco pessoas). As situações mais graves estão na África Oriental (29%) e na África Central (31%).

Na literatura, a persistente e estrutural insegurança alimentar da ASS é atribuída a uma combinação de fatores internos e externos. O acelerado crescimento demográfico e a rápida urbanização pressionam terras, recursos hídricos e cadeias de abastecimento. Embora a agricultura camponesa absorva mais da metade da força de trabalho ativa (sobretudo, mulheres e jovens), os investimentos públicos são extremamente baixos. Essa fragilidade tende a se agravar com o aumento dos riscos climáticos e com a alta incidência de conflitos armados, como no Sahel, na região dos Grandes Lagos, no Sudão, Nigéria, Moçambique e outros.

Além disso, a segurança alimentar de muitos países é altamente dependente do comércio internacional, o que os torna vulneráveis a oscilações nos mercados globais, à intensificação dos conflitos bélicos e ao aumento de desastres ambientais (tendências estruturais do cenário contemporâneo).

Atualmente, os desafios à segurança e à soberania alimentar se complexificaram. Além das políticas com vieses pro-urbano adotados pela maioria dos governos da ASS, é preciso considerar o papel que a África ocupa nas disputas geopolíticas e econômicas globais.

Desde o fim dos anos 1990, a China ampliou suas relações com inúmeros países da ASS, expandindo o comércio internacional e os

investimentos. A prioridade chinesa recai sobre o acesso a recursos energéticos e minerais estratégicos.

A Rússia, após o início da guerra na Ucrânia, também estreitou laços com países da ASS, inclusive perdendo dívidas de cerca de 17 nações. Embora em menor escala que a China, a Rússia ampliou os investimentos em infraestrutura e o comércio de armas, grãos e fertilizantes. Desde 2019, o país organiza a Cúpula Rússia-África.

A África Subsaariana tem se constituído igualmente como um palco estratégico para a projeção internacional da Turquia e dos países do Golfo Pérsico, em especial os Emirados Árabes Unidos. Desde 2005, esses atores intensificaram seu engajamento diplomático na região, com a abertura de representações diplomáticas e o estímulo a exportações para países africanos.

As relações entre os EUA e a ASS têm oscilado ao longo do tempo. Desde os atentados de 2001, os EUA buscaram incorporar a região à sua política externa por meio da "guerra global ao terror", criando em 2007 o Comando dos EUA para a África. Nos governos de Obama e Biden houve uma tentativa de fortalecimento dessas relações, com foco no estímulo ao comércio, aos investimentos e à promoção de governança democrática. Como em seu primeiro mandato, o governo Trump representa uma nova ruptura nas relações EUA e ASS, com redução significativa dos investimentos e iniciativas de cooperação.

Potências europeias mantêm vínculos profundos com seus antigos territórios coloniais. Reino Unido e França, por exemplo, seguem como atores importantes nas esferas comercial e militar. Entretanto, essas relações vêm se desgastando. Com capacidade de projeção internacional cada vez menor, as nações europeias vêm perdendo influência no subcontinente.

Na reorganização geopolítica contemporânea, a África assume uma posição central não apenas sob o aspecto demográfico, mas também em virtude de seu vasto potencial em recursos naturais, especialmente minerais. O controle e o acesso a esses recursos tornam-se estratégicos para diversas potências globais que atuam no contexto da transição energética, cujo sucesso depende, em grande medida, da disponibilidade dessas matérias-primas essenciais. A ASS possui cerca de 30% das reservas globais de minerais críticos, como lítio, cobalto e níquel, fundamentais para tecnologias "verdes", como baterias elétricas e turbinas eólicas. Segundo o FMI, até 2050, a demanda global por níquel deve dobrar, por cobalto triplicar e por lítio crescer dez vezes. Além disso, a região possui um enorme potencial para energias renováveis -solar, eólica e hídrica- e para a produção de biocombustíveis.

Destacamos três implicações centrais da continuidade desse movimento para a segurança alimentar na ASS.

Em primeiro lugar, a disputa pelo acesso e o controle de minerais, que geram rendas econômicas significativas, tende a acirrar conflitos latentes – como na região dos Grandes Lagos ou no Sahel. Esses conflitos, por sua vez, comprometem a estabilidade socioeconômica e afetam negativamente a segurança alimentar das populações envolvidas. A insegurança alimentar pode retroalimentar os conflitos, criando um ciclo vicioso que torna mais complexa a resolução dos problemas estruturais subjacentes.

Uma segunda implicação é a tendência à priorização de projetos extrativos em detrimento de outros setores de atividade. Isso pode reduzir os investimentos na agricultura camponesa. A ausência de atores nacionais com capacidade política para promover transformações nas políticas públicas e na agricultura vulnerabiliza ainda mais os sistemas alimentares locais.

Por fim, a exploração de minerais exerce um impacto significativo na segurança alimentar, na medida em que promove realocação de mão de obra, uso desigual de recursos hídricos e ocupação de terras agricultáveis. Embora os efeitos dessas atividades possam ser geograficamente restritos, geram, com frequência, tensões e conflitos. Se não gerenciadas adequadamente, essas tensões podem se intensificar, com potencial para se expandirem rapidamente, atingindo escalas regionais ou até nacionais.

A África Subsaariana encontra-se em um momento crítico de sua trajetória de desenvolvimento, enfrentando persistentes desafios em termos de segurança e soberania alimentar. Embora possua potencial agrícola e recursos naturais significativos, fatores como o crescimento populacional, as mudanças climáticas, os conflitos armados e a dependência de mercados internacionais fragilizam sua capacidade de garantir acesso regular e sustentável aos alimentos. Em paralelo, a intensificação do envolvimento de potências globais na disputa por recursos estratégicos, especialmente minerais críticos para a transição energética, reconfiguram a dinâmica geopolítica regional. Essa nova realidade, embora ofereça oportunidades, também traz riscos crescentes, como aprofundamento de desigualdades, aumento da pressão sobre terras e recursos hídricos, e acirramento de conflitos.

## ***BRASIL E ÁFRICA: A COMARCA DO ATLÂNTICO SUL***

**Por Flávio Aguiar**

-----

**E**m geral, quando se fala da relação entre o Brasil e a África, destacam-se os temas de sua inconstância e o da plethora de oportunidades comerciais e políticas que ela contém. São balizas extremas deste desenho o esforço de “branqueamento” do Brasil, promovido pela política de atrair a imigração europeia e as tentativas de aproximação e reaproximação diplomático com a África promovidas pelos governos Lula 1, 2 e 3. Assinale-se que estas tentativas dos governos Lula foram antecedidas por iniciativas anteriores no governo de João Goulart, e a partir do momento em que o governo Geisel, com o chanceler Azeredo da Silveira, promoveu uma aproximação decisiva com os governos independentes egressos da dissolução final do que restava do antigo império colonial português.

É comum também sublinhar o aspecto demográfico, com a significativa presença de afro-descendentes no Brasil e o cultural, apontando-se o fluxo histórico de elementos africanos, sobretudo subsaarianos, introjetados em nossa cultura.

Porém o substrato desta relação é mais complexo do que o traçado por esta cartografia ampla, embora de superfície.

Um conceito que pode nos ajudar no aprofundamento da compreensão do significado desta relação é o de “Comarca”, na definição elaborada pelo crítico literário uruguaio Ángel Rama. Em espanhol “Comarca” designa um conjunto de municípios ou regiões fronteiriças unidas por algum tipo de laço comum, seja econômico, político ou cultural. Rama deu profundidade histórica a este conceito, a partir da constatação de que muitas das fronteiras latino-americanas foram traçadas em mapas sobre mesas diplomáticas europeias, distantes das realidades geográficas ou culturais sobre as quais incidiam. Criou-se assim uma conjuntura em que há substratos culturais que transcendem as fronteiras nacionais do continente, passando sobre ou sob elas. E ele batizou estas regiões culturais transnacionais e translinguísticas com o nome de “Comarcas”.

Haveria, por exemplo, uma Comarca Pampeana, abrangendo os territórios do Rio Grande do Sul, do Uruguai e parte da Argentina. Haveria uma outra Comarca Andina Central, compreendendo o norte

da Argentina, o altiplano da Bolívia e parte do Peru. E se poderia falar de uma Comarca Amazônica e de outra do Caribe, para além de fronteiras políticas e linguísticas.

Pode-se navegar livremente com este conceito, até pela imaginação. Haveria uma Comarca Cinematográfica, a do “Western de Hollywood”, que reúne o sudoeste dos Estados Unidos e o norte do México.

E assim chegamos ao des-limite de constatarmos a existência de uma Comarca do Atlântico Sul, formada pelo Brasil e pelos países da África subsaariana, alimentada a partir do tráfico de escravos e seus desdobramentos históricos, num vai-vem de ressonâncias mútuas que compõem um amálgama cultural dos mais originais da humanidade.

Como o principal suporte histórico da formação desta Comarca foi o tráfico de escravos, tem-se a impressão de que houve apenas um fluxo cultural da África para o Brasil. Mas o contrário também aconteceu, a começar pelo retorno de ex-escravos para o continente africano. E este fluxo brasileiro não se limitou aos países lusófonos, ou seja, Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Guiné-Equatorial, São Tomé e Príncipe e Cabo Verde.

A ressonância da música brasileira é pan-africana, bem como a da nossa literatura, embora esta seja mais marcante nos países de língua portuguesa. Pode-se dizer o mesmo da nossa arquitetura e das artes plásticas, e também da culinária. Também no caso das religiões houve e há um toma-lá-dá-cá de mão dupla.

Isto significa que a relação Brasil-África vai muito além de notórios interesses de mercado, infra-estrutura, defesa, diplomacia e política.

É claro, por exemplo, que o apoio dos países africanos à reivindicação brasileira de um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU é fundamental. E que a relação diplomática e política de países africanos com os BRICS, que já inclui como membros efetivos, além da África do Sul, o Egito e a Etiópia, também é fundamental para a proposta de multilateralidade que a diplomacia brasileira vem defendendo. E é essencial neste momento em que o governo norte-americano despreza solenemente a diplomacia e desequilibra a comércio internacional com as intempestivas intempéries de seu presidente e o reacionarismo extremado de suas propostas e equipe de governo. Mais importante ainda se torna este relacionamento diante do comportamento timorato perante os Estados Unidos e agressivo na corrida armamentista que vem tendo a União Europeia.

Porém o que aqui se sublinha é que o relacionamento entre o Brasil e a África envolve um espelhamento cultural profundo e, como já disse, de mão dupla. Esta relação identitária pode servir de base para um resgate histórico que cicatrize de vez as feridas deixadas de ambos os lados pela tragédia da escravidão. Não é por acaso que o governo fascista de Bolsonaro desprezava subliminarmente tal relação, enquanto ela é de primeiro plano para os nossos governos progressistas e para a melhor tradição da diplomacia brasileira.

## O NOVO RELACIONAMENTO “MULTIPOLAR” DA RÚSSIA COM A ÁFRICA

**Por Andrés Ferrari Haines**

-----

Quicá a crescente relação russo-africana constitui o maior desafio na ordem ocidental. Se, desde o ponto de vista econômico, a China e a Índia apresentam maior importância, são os posicionamentos russos contra o “ocidente coletivo” que se estão identificados com vários países africanos que procuram terminar com a sua longa história colonial. Os países africanos têm sido chaves para o fortalecimento recente do que está sendo chamado de 'o mundo global'.

De fato apenas 28 dos 54 países que conformam a União Africana condenaram a operação militar especial russa na Ucrânia, debilitando fortemente a eficiência das sanções que o Ocidente aplicou à Rússia. Depois, 40 países estiveram presentes na Conferência Interparlamentar Rússia-África, e todos levaram representantes no Encontro Rússia-África, celebrada em São Petersburgo, com a participação de 45 chefes de Estado e de governo.

Para o chanceler russo Serguéi Lavrov o comportamento dos países africanos “destruiu o mito do suposto isolamento da Rússia devido aos acontecimentos na Ucrânia, promovidos persistentemente no Ocidente”. Os vínculos entre a África e a Rússia se estreitaram nos últimos tempos com a importância crescente das inversões e exportações de energia e alimentos russos.

As sanções obstaculizaram a exportação de alimentos da Rússia e da Ucrânia, os dois sendo dos mais importantes vendedores de alimentos no mundo. Ambas as partes fizeram um acordo para a retomada das exportações que são especialmente cruciais para a África. Mas Rússia acabou se retirando do mesmo, alegando que o Ocidente estava descumprindo. De fato, a própria ONU admitiu que os países em desenvolvimento e empobrecidos receberam apenas 10% do milho e 40% do trigo, enquanto os países ricos obtinham o restante. O presidente senegalês, Macky Sall, afirmou que “perdemos o acesso aos cereais, especialmente ao trigo russo, e, sobretudo, aos fertilizantes, o que supõe uma grave ameaça para a segurança alimentar do continente”.

Os africanos sentiram a indiferença ocidental, pelo que procuraram maior segurança alimentar aproximando-se da Rússia, Lavrov passou a ser um convidado frequente na África, discutindo aumento do comércio e de intercâmbios na África do Sul, Angola, Eritreia, Mali, Mauritânia, Sudão, Quênia, Burundi e Moçambique. Também pediu presença africana no Conselho de Segurança da ONU e maior apoio econômico do FMI e Banco Mundial para África, no lugar da Ucrânia.

Isto não foi bem recebido pelo Ocidente. Josep Borrell lamentou que alguns países africanos não apoiassem a Ucrânia que está lutando “pelos valores nos que baseamos nossa compreensão do mundo” e acusou a Rússia de usar a manipulação de informação e interferência como armas de guerra, em “países fáceis” para difamar “mentiras sobre os culpados de que está sucedendo”.

O referido encontro em São Petersburgo foi precedido por muitas pressões do Ocidente sobre as nações africanas para que não comparecessem. Como destacou o Financial Times, a pressão diplomática incluiu ameaças de cortar ajuda econômica e usar suas influências financeiras contra as assistências destinada a África.

Ainda em 2023, a secretária do Tesouro estadunidense, Janet Yellen, em visita oficial à África do Sul, alertou que “responderemos com rapidez e severidade a qualquer violação” às sanções. Posteriormente, a cada viagem de Lavrov a um país africano, diplomatas europeus e estadunidenses procuraram frustrar os acordos alcançados e convencer aos governos africanos a apoiarem as sanções contra a Rússia. O presidente sul-africano Cyril Ramaphosa instou que não se castigue às nações africanas para que cortem laços com Moscou. “Ninguém deveria dizer com quem podemos nos associar”.

Na verdade, o efeito foi o contrário. Por exemplo, Níger, Burkina Faso, Uganda, Guiné e Mali passaram a nacionalizar empresas que exploram recursos naturais em seus países operadas por grupos ocidentais para aumentar seus ingressos nacionais. Além disso, países como Togo, Níger e Burkina Faso suspenderam meios de comunicação franceses, britânicos e estadunidenses, por falta de imparcialidade, rigor e por difundir informações falsas. Várias nações africanas, especialmente do Sahel, como o Mali, expulsaram tropas francesas de seus territórios e firmaram acordos de cooperação em matéria de segurança com a Rússia.

O caso francês é particularmente demonstrativo das mudanças que estão ocorrendo na África. Sua ministra de Assuntos Exteriores, Catherine Colonna, em visita à Nigéria, instruiu as nações africanas a não desenvolver relações com Moscou em vez de Paris, preocupada

porque o crescente sentimento antifrancês que está se multiplicando no continente. Apesar da sangrenta história colonial francesa em África, o presidente da França, Emmanuel Macron, culpou aos russos por esse sentimento africano, alertando que a Rússia tem pretensões colonialistas sobre eles.

Um aspecto chave do legado colonial francês em África é a manutenção do franco CFA desde 1945, moeda comum utilizada por 14 países africanos administrados pela França, cujas siglas originariamente significavam “Colônias Francesas de África”, depois “Comunidade Francesa de África” e, desde a década de 1960, “Comunidade Financeira Africana”. Para os africanos, o franco CFA limita a sua autonomia monetária, fomentando o comércio com a França, obstaculizando a industrialização e a diversificação econômica, o que resulta sujeitar suas economias a uma posição de fornecedoras de matérias-primas para a França.

Nesse sentido Privat Ngomo, líder gabonês do movimento panafricanista "O Novo Poder", sustentou que "Paris não está disposta a renunciar a seus interesses nem à sua influência no continente (...). A França deve manter sua influência na África Central apoiando as ditaduras franco-africanas do Chade, do Congo-Brazzaville e do Gabão".

A relação entre as operações militares ocidentais e a pobreza africana é um ponto sensível que foi sinalizado por figuras históricas que lutaram para terminar o que chamaram de “neocolonialismo”, como Patrice Lumumba e Kwame Nkrumah. Ambos enfatizaram como ocidente continuava explorando economicamente a África, extraindo seus recursos naturais e impedindo seu desenvolvimento autônomo. O atual líder interno de Burkina Faso, Ibrahim Traoré, registrou recentemente que “nossos predecessores nos ensinaram uma coisa: um escravo que não pode assumir sua própria rebelião não merece compaixão”.

Este comentário reflete o que vários líderes africanos questionam: por que a África, com tanta riqueza natural, é um continente faminto. Em 2022, a relação dívida/PIB avançou nos países subsaarianos era de 60%, tendo duplicado em relação aos 30% em 2013. A dívida total de África supera o bilhão de dólares, custando seu serviço US\$ 163.000 milhões anuais.

O ministro dos Assuntos Exteriores de Uganda, Jeje Odongo, sustentou "fomos colonizados e perdoamos a quem nos colonizou. Agora, os colonizadores nos pedem que sejamos inimigos da Rússia, que nunca nos colonizou, é justo? Não para nós: seus inimigos são seus inimigos, nossos amigos são nossos amigos".

## **CHINA E ÁFRICA: UMA RELAÇÃO INOVADORA. E COMPETITIVA**

**Por Elias Jabbour**

---

**T**em sido muito comum em trabalhos acadêmicos e na mídia corporativa a noção para quem a África tem-se tornado ao longo dos últimos anos em território livre para a ação “imperialista” e “neocolonial” chinesa. As razões para este tipo de visão podem variar. Desde a redução da teoria do imperialismo às operações de exportações de capitais até as relações de entre comércio e investimento que podem caracterizar o continente, tão e somente, como um depositário de matérias-primas e mercado para produtos industriais.

Os que sustentam esse tipo de opinião, altamente despolitizada, é que o principal nome da teoria do imperialismo (Lênin) foi muito claro ao deixar claro a falta de tempo para desenvolver sua visão sobre a superestrutura do imperialismo. O que significa que ficou em aberto uma lacuna que tem sido preenchida de forma, inclusive, de igualar a ação chinesa na África com a ocupação belga no Congo – uma das maiores tragédias da história humana. O problema aí é não perceber que a República Popular da China desde o seu nascimento optou por uma postura ativa de apoio político e material aos movimentos de libertação nacional no continente.

Por outro lado, é irresistível não perceber que a atual tomada de posição por arte da África, desde a ação histórica da África do Sul contra Israel às rebeliões militares de caráter antiimperialista e anticolonial que acometeram o Sahel, tem relação direta com as possibilidades que a presença chinesa (e também russa) abriram ao continente. Ao lado disso, a disposição chinesa em colocar a África definitivamente no grande jogo da política internacional resultou na admissão da Nigéria, Etiópia e Egito como membros do BRICS +.

A crescente presença chinesa iniciada com a criação do Fórum de Cooperação China-África (FOCAC) em outubro de 2000 não em passado despercebida pela principal potência ocidental. Os Estados Unidos estabeleceram o em outubro de 2007, do Comando dos Estados Unidos para a África, o AFRICOM, estabelecido em Camp Lamonier, a maior base militar dos EUA na África. Nesta esteira podemos elencar a proatividade estadunidense na chamada

“Primavera Árabe”, notadamente na destruição da Líbia e, sem exageros, amplificação de grupos jihadistas na África Negra. A expansão da influência chinesa no rumo do mar Mediterrâneo seria algo intolerável ao ocidente coletivo e seu projeto de transformar o referido em mar em um lago da OTAN.

A China, neste jogo de desafio aberto à sua presença na África tem sido obrigada a se submeter aos desígnios de projetos nacionais nascentes, mas com elevado nível de consciência, sinalizando apoio real a projetos de industrialização local e reversão da tendência à deterioração dos termos de troca. Os chineses, desde o encontro da FOCAC de 2021, têm sido pressionados, de forma aberta, pelos africanos a elevarem a qualidade de sua intervenção financeira em projetos que não aprofundem a condição africana de mera exportadora de commodities.

Por exemplo, as relações entre a China e o Mali foi alçada ao grau de “parceria estratégica” em 2024. Neste mesmo ano a China comprometeu-se a investir US\$ 51 bilhões nos países africanos após uma ação unitária do continente no sentido de pressionar o país asiático a ser promotor de projetos de industrialização no continente. Exemplo, está na percepção africana nas possibilidades abertas pela indústria siderúrgica com vários projetos chineses de alto impacto.

No Zimbábue, a Dinson Iron and Steel Company está construindo uma usina siderúrgica de US\$ 1 bilhão perto de Mvuma. Já é a maior planta siderúrgica da África, produzindo 600 mil toneladas de aço por ano desde 2024. Atualmente na segunda fase de seu desenvolvimento, o projeto visa reduzir as importações de aço do Zimbábue e contribuir com US\$ 5 bilhões para a economia nacional.

Na África do Sul, a Industrial Development Corporation fez uma parceria com o grupo Hebei Iron & Steel no ano passado para desenvolver uma usina siderúrgica de US\$ 4,5 bilhões, com o objetivo de aumentar a concorrência local, reduzir os preços do aço e apoiar a criação de empregos.

Estima-se que, de 2000 a 2023, credores chineses concederam 1.306 empréstimos, totalizando US\$ 182,28 bilhões, a 49 governos africanos e sete organismos regionais. Em 2023, os chineses firmaram 13 novos compromissos, no valor de US\$ 4,61 bilhões, para oito países e duas instituições financeiras regionais. Este foi o primeiro aumento no valor anual de empréstimos à África desde 2016, mas ainda está muito abaixo dos primeiros anos da Iniciativa Cinturão e Rota (BRI), quando os compromissos anuais acumulados ultrapassavam US\$ 10 bilhões.

A cooperação entre a China e a África ainda demanda uma série de sínteses. Acreditamos que novos desenvolvimentos teóricos advirão desta relação, pois se trata de interações onde elementos de novidade vão sendo colocados. O primeiro deles é o fato de a China não se dispor a ser uma força de dominação, “civilizatória” e com práticas que remontariam tanto ao rei da Bélgica quanto ao nefasto papel que o FMI e o Banco Mundial jogaram na década de 1990. Nem tampouco os chineses estão dispostos a venderem consultorias sobre democracia e instituições. Preferem entregar pontes e ferrovias.

A África não está mais disposta a aceitar o papel de coadjuvante nas relações internacionais, nem o comportamento infantilizado que o imperialismo buscou entregar ao continente. Se é verdade que nem todos os governos daquela região estão dispostos a serem instrumentos de ação real em prol de uma segunda independência, é fato que a tendência do continente é o da busca por vantagens diante da disputa geopolítica acirrada entre o ocidente coletivo e a China (além de Rússia e Índia). A questão é saber até que ponto o continente está preparado para se colocar em pé diante desta imensa janela de oportunidades.

O que percebemos à distância é a existência de um sentimento novo por aquelas bandas. Nada será como antes, ainda mais diante dos resultados da intervenção ocidental na Líbia e a proliferação de grupos jihadistas e a contínua busca pela desestabilização das recentes experiências do Sahel. Os chineses são peça fundamental neste processo. O Sul Global patrocina uma nova onda de independência na região. Invertendo as teorias do imperialismo.

## O SIGNIFICADO POLÍTICO DA ELEIÇÃO DE LEÃO XIV

Por Flávio Aguiar

---

Certa vez, em meados dos anos 80 do século passado, meu saudoso amigo Eder Sader me contou que assistira, no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, o CEBRAP, um seminário sobre os rumos da Igreja Católica Apostólica Romana. Um dos teólogos presentes defendeu a ideia de que o que acontecesse com as Comunidades Eclesiais de Base na América Latina seria o fator mais importante para definir a trajetória da Igreja no próximo milênio. Eder tinha olhos naturalmente arregalados. Ele os arregalou mais ainda e disse: “Flávio, eles pensam em milênios!”. Certa ou errada a previsão do teólogo, ela e a tirada do Eder contém uma constatação incontornável: se não compreendermos esta dimensão temporal distendida, não começaremos a decifrar o que se passa nas entranhas da talvez mais longeva instituição atuante no século XXI.

Isto posto, destaco o que escrevi acima: “começaremos a decifrar”... porque entender de fato o que se passa no Colégio dos Cardeais é tarefa épica, ciclópica, talvez sobre-humana.

Diante desta parede milenariamente histórica, o que dizer sobre o papado que se inicia com Leão XIV?

Especula-se que o nome escolhido pelo Cardeal Robert Francis Prevost, norte-americano de nascimento e peruano por opção, revela uma inclinação moderada pelas causas sociais progressistas. Fundamenta esta avaliação uma dupla constatação: Leão XIII, papa entre 1878 e 1903, foi quem promulgou a encíclica *Rerum Novarum*, “Das Coisas Novas”, que foi o marco do reconhecimento, pelo papado, da importância das questões sociais emergentes no final do século XIX; além disto, Prevost foi claramente promovido por seu antecessor, o Papa Francisco I, sabidamente o mais progressista de toda a história da Igreja Católica, ampliando a esteira aberta por João XXIII (1958 - 1963) e Paulo VI (1963 - 1978). Uma consideração se faz necessária: um Papa “progressista” é o Sumo Pontífice de uma instituição cuja cúpula dirigente é, desde séculos, de um conservadorismo visceral. Não se espere dele, portanto, um comportamento radical. Além disto, leve-se em conta, por exemplo, que Leão XIII foi Papa durante o período em que o conservadorismo campeou solto pela Europa, depois das derrotas das rebeliões de

1848. Da mesma forma, João XXIII e Paulo VI foram Papas durante o reinado da Guerra Fria, e Francisco I conviveu com a Europa da falência das social-democracias, do belicismo crescente dos Verdes, da ascensão da extrema-direita, sem falar nos Biden, Trump e Netanyahu d'além e d'aquém-mar.

Talvez para se entender melhor o que se passou na escolha de Leão XIV, tenhamos de olhar primeiro para o antecessor de Leão XIII, Pio IX (1846 - 1878). Pio IX foi, na sua juventude de Giovanni Maria Battista Pellegrino Isidoro Mastai Ferretti, conhecido por sua simpatia por causas sociais progressistas. Eleito Papa em 1846, enfrentou um período dramático de contestação do poder político (dito "temporal" no jargão da Igreja) do Vaticano, movimento liderado, dentre outros, por Giuseppe Garibaldi, o agauchado caudilho que cavalgava e ia a reuniões solenes com seu poncho pampeano. Apoiado pelos austríacos, por Napoleão III e pela monarquia napolitana, tornou-se um dos papas mais reacionários da história da Igreja. Derrotados os garibaldinos em 1849, Pio IX foi reinstalado no poder em Roma. Mas em 1870 viu seu reinado temporal esvair-se diante do Risorgimento italiano liderado novamente por Garibaldi e por Vittorio Emanuele, que afinal unificou a Itália.

Foi diante do desafio desta nova circunstância que Leão XIII viu-se eleito e promulgou sua encíclica progressista, também num esforço de oferecer uma alternativa ao avanço do movimento comunista.

A partir daí as escolhas papais se movimentaram entre as balizas declaradamente conservadoras e moderadamente progressistas.

Este movimento pendular se consagrou no pós-Segunda Guerra.

Pio XII (1939 - 1958) foi um Papa conservador e contraditório, tido pelos Aliados como tergiversador diante dos nazi-fascistas e por estes como simpático àqueles. A ele sucedeu João XXIII (1958 - 1963), odiado pelos conservadores. A este sucedeu Paulo VI (1963 - 1978), mais moderado do que seu antecessor. E a Paulo VI sucedeu o radical e patético João Paulo I, cujo papado durou exatos 33 dias e sobre cuja morte paira a suspeita de assassinato, explorada pelo terceiro filme da série "O poderoso Chefão", com Raf Vallone fazendo seu papel.

Daí nasceu a estrela arqui-conservadora de João Paulo II (1978 - 2005) que aliou-se a Margaret Thatcher e Ronald Reagan para derrotar o comunismo, e depois o cometa decadente de Bento XVI

(2005 - 2013), um papa mais doutrinário do que político que terminou por renúncia.

A este sucedeu Francisco I (2005 - 2025), que já declarei o mais progressista da história da Igreja, e agora o mais moderado Leão XIV, repetindo a fórmula João XXIII - Paulo VI, ou seja, a de um Papa que rompe fronteiras, seguido de outro que, sem renúnciar aos avanços do antecessor, se esmera em recompor a unidade do reino.

Há um outro ponto a sublinhar nesta sucessão de pontífices. Ele se refere à tensão entre a Cúria Romana, sede da administração do Vaticano e do Banco respectivo, e o restante do cardinalato em escala mundial. Os reacionários João Paulo II e Bento XVI têm em comum com os progressistas Francisco I e (talvez) Leão XIV o fato de não pertencerem, na origem, ao círculo romano. Ressalte-se ainda que João Paulo II foi eleito apenas depois do brasileiro e progressista Aloisio Lorscheiter ter recusado a mitra papal, alegando razões de saúde.

Uma outra consideração a se levar em conta é a de que nos meandros deste jogo de segredos e lealdades de bastidor, as personalidades se transformam. Para dar um exemplo, o Cardeal Bergoglio está para o Papa Francisco assim como Edson Arantes está para Pelé: o primeiro é apenas o suporte físico do segundo, que, adentrando o campo, revela de fato aquilo que veio a encarnar como seu destino manifesto.

Este é um privilégio e ao mesmo tempo uma condenação de quem vive dentro e à sombra de uma instituição onde os anos, as décadas e os séculos são apenas grãos de areia dentro de uma ampulheta já mais que duplamente milenar..

## ***AS REUNIÕES DO MERCOSUL E DO BRICS E A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA***

**Por Carlos Renato Ungaretti**

-----

**N**as últimas semanas, sucederam-se dois relevantes eventos político-diplomáticos, ambos reveladores de perspectivas, oportunidades e desafios para a política externa brasileira. O encontro de líderes do Mercosul, realizado na Argentina, sugeriu limites, não necessariamente novos, da integração sul-americana, agravados pelo distanciamento entre Brasília e Buenos Aires. Enquanto isso, a 17ª Cúpula do BRICS, no Rio de Janeiro, teve as ausências como uma de suas marcas, em especial do presidente chinês, Xi Jinping, embora com consensos e iniciativas de cooperação firmados em diversas áreas, incluindo sustentabilidade, saúde e inteligência artificial.

### **Mercosul**

Estabelecido na década de 1990 com o objetivo de estabelecer um mercado comum entre Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, o Mercosul tem convivido com níveis de comércio intrarregional declinantes e visões divergentes acerca do papel do bloco nas estratégias comerciais e produtivas de seus membros.

Anfitrião do encontro, o presidente Javier Milei questionou o Mercosul e seus instrumentos, considerados como uma “cortina de ferro” que impede a negociação de acordos com nações de fora do bloco. A presidência argentina também propôs a criação de uma agência do Mercosul contra o crime organizado transnacional e o narcotráfico, incluindo o combate a organizações como o Comando Vermelho e o Primeiro Comando da Capital (PCC), nominalmente citados por Milei. Distintivamente, a manifestação do presidente Lula defendeu o uso de moedas locais como forma de ampliar o comércio intrabloco e a adoção de políticas de industrialização em minerais críticos, com agregação de valor, transferência de tecnologia e geração de empregos.

Há, contudo, visões comuns, inclusive entre Lula e Milei, particularmente a busca por novos mercados. A presidência argentina celebrou a assinatura do acordo entre o Mercosul e a

Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA), organização que reúne Islândia, Liechtenstein, Noruega e Suíça. As convergências ainda incluem o acordo de livre-comércio com a União Europeia, cujo desfecho positivo interessa tanto a Brasil quanto a Argentina.

## **BRICS**

A Cúpula dos BRICS reuniu líderes e autoridades dos BRICS originais e de seus novos membros, incluindo Emirados Árabes Unidos (EAU), Egito, Etiópia, Irã e Indonésia, além de representantes de países parceiros. Marcado por ausências, que incluem, além do presidente chinês, Faisal bin Farhan Al Saud, príncipe e ministro das Relações Exteriores da Arábia Saudita, o encontro reforçou os compromissos do BRICS com a reforma da governança global e incorporou renovadas agendas de cooperação, incluindo sustentabilidade, saúde e inteligência artificial.

Sob a perspectiva geopolítica, os BRICS expressaram preocupações quanto à escalada de conflitos, o incremento dos gastos militares e o atual estado de polarização da ordem global, com condenações à situação humanitária em Gaza e aos ataques contra infraestruturas civis e instalações nucleares pacíficas. Na esfera do comércio, os BRICS defenderam o uso de moedas locais e expressaram preocupações quanto às distorções causadas por barreiras tarifárias e não-tarifárias. O presidente Trump reagiu, afirmando que países alinhados às “políticas antiamericanas” dos BRICS estariam sujeitos a tarifárias adicionais, o que veio a se confirmar dias depois, no caso do Brasil.

Impulsionado pela presidência brasileira, a agenda de sustentabilidade figurou com destaque. Os BRICS endossaram a proposta brasileira de criação de um Fundo Florestas Tropicais para Sempre (TFFF, na sigla em inglês), que será apresentada durante a COP-30, em Belém. Além disso, foi assinada a Declaração-Marco dos Líderes do BRICS sobre Finanças Climáticas, que enfatiza a necessidade de ampliar o financiamento climático e sugere a adoção de instrumentos inovadores, acessíveis e compatíveis às necessidades dos países do Sul Global.

Em outros temas, como inteligência artificial, os BRICS expressaram suas posições comuns na Declaração dos Líderes do BRICS sobre governança e inteligência artificial. Entre outros temas, o documento expressa a necessidade de fortalecer as estruturas de governança de dados, preservar a autonomia regulatória, reduzir desigualdades tecnológicas, dirimir riscos trabalhistas, promover a alfabetização digital e construir estruturas éticas e transparentes, com garantia de supervisão humana e transparência decisória.

Outro resultado importante foi a criação da Parceria para Eliminação de Doenças Socialmente Determinadas (DSDs), cuja ocorrência encontra-se essencialmente ligada a determinantes sociais, como pobreza, desigualdade, moradia precária, exclusão social e insegurança alimentar. Entre seus objetivos, consta, além do alinhamento de posições em foros multilaterais, o reforço dos sistemas de saúde, fortalecimento de ações intersetoriais, expansão da pesquisa e inovação, transferência de tecnologia, superação de barreiras financeiras.

### **Balanco final**

A avaliação dos resultados destes dois eventos revela resultados mistos e manifesta limites e oportunidades enfrentadas pela política externa brasileira, que tem buscado reduzir os riscos das instabilidades globais e preservar a viabilidade de uma estratégia de inserção autônoma.

Na esfera regional, o Brasil tem buscado reestruturar suas principais instituições, incluindo o Mercosul, esforço que tem contado com oposição do governo Milei. Apesar disto, há convergências, principalmente em relação à diversificação parceiros. Outro eixo essencial de inserção internacional, há oportunidades nos BRICS em seu formato ampliado, com progressos em agendas de desenvolvimento, sustentabilidade e tecnologia, permanecendo incertezas quanto a sua capacidade de efetivar mudanças estruturais na governança global.

## ***O ORIENTE MÉDIO DEPOIS DO ATAQUE AO IRÃ***

**Por Wagner Souza**

---

**A** guerra de 12 dias entre Israel e EUA contra o Irã findou-se, ao menos por ora, com os bombardeios norte-americanos a instalações nucleares iranianas, em especial à usina de Fordow, instalada nas profundezas de uma montanha, pensada para resistir à ataques com bombas convencionais. Como amplamente divulgado, foram utilizadas nesta ação poderosos artefatos, as mais destruidoras “bombas anti-bunker”, em tese propícias para destruir este local subterrâneo de enriquecimento de urânio.

Donald Trump e Benjamin Netanyahu assumiram pose de vitoriosos; o mandatário estadunidense anunciou que o alegado programa nuclear militar do Irã foi “obliterado”, o primeiro-ministro israelense, ainda mais triunfalista, disse que a ação norte-americana “mudará a história” e pode abrir caminho para “um futuro de prosperidade e paz”. Já o Pentágono divulgou que, segundo seus informes de inteligência, os iranianos estariam a aproximadamente dois anos de conseguir a bomba, mas segundo outro relato da inteligência dos EUA o dano estaria reduzido a alguns meses de atraso em seu possível (e provável) objetivo nuclear militar. O aiatolá Ali Khamenei disse em discurso, logo após o fim dos ataques, que “nada de significativo” aconteceu com as instalações nucleares atingidas pelos EUA.

Retórica de lado a lado à parte, mesmo o Mossad (o serviço secreto israelense) e sua contraparte norte-americana CIA não podem garantir com total certeza que todas as instalações nucleares do país foram destruídas. É possível e até provável que um país há décadas ameaçado de ser atacado tenha várias instalações secretas e que parte delas não tenha sido descoberta pela inteligência ocidental, como também é grande a possibilidade de que o urânio já enriquecido tenha sido retirado das usinas atacadas. E mais importante, o país desenvolveu competência na área, o que não se perdeu e possui muitos cientistas e técnicos capazes de construir novas centrífugas e retomar o processo de enriquecimento de urânio.

Tendo em vista o colocado no parágrafo anterior, a opção pela “via militar” tem grande chance de se revelar ineficaz e provocar o efeito contrário: comprometer ainda mais a liderança e o Estado

iraniano com o objetivo de possuir artefatos nucleares, vistos como único meio de garantir a segurança do país e aumentar o seu poder de barganha.

Em 2015, o “Plano de Ação Conjunta Global” (JCPOA, na sigla em inglês) assinado pelo Irã e pelo “P5 + 1” (os cinco integrantes do Conselho de Segurança da ONU mais a Alemanha) que, por meio de inspeções periódicas, buscava controlar as atividades nucleares do Irã e manter baixo o nível de enriquecimento, propício para o uso civil. Este acordo esteve em vigor até 2018, quando o então presidente Donald Trump resolveu abandoná-lo, assim como retomar as sanções ao país, em divergência com os outros signatários do acordo, mas em conformidade com o desejo de Benjamin Netanyahu, que vem defendendo um “ataque preventivo” ao Irã há décadas. A Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), à época, informou que certificou 11 vezes desde 2016 que o Irã estava cumprindo suas obrigações referentes ao acordo, embora tenham sido registradas algumas violações técnicas, as quais foram corrigidas.

Israel, potência nuclear da região, tem estimadas 90 ogivas segundo a Arms Control Association, não faz parte do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares e também não admite explicitamente que as possui. O país tem seguido, desde a década de 1980, a estratégia de eliminar as capacidades nucleares de qualquer ator da região, como o fez com o Iraque e a Síria, que possuíam os seus programas e repete a estratégia com o Irã, com apoio dos EUA. Mas, ao que parece, se prevalecer o belicismo sobre a diplomacia, Israel e EUA precisarão, periodicamente, empreender “ataques preventivos” ao Irã, quando se verificarem novos sinais de avanço em seu programa de enriquecimento de urânio. É uma aposta na guerra e na instabilidade, que pode significar eventualmente uma tentativa mais decidida de mudança de regime no país persa, o que já foi sugerido no conflito recente. E, como afirmado antes, os iranianos serão incentivados a buscar a bomba atômica ainda mais, além de reforçar suas capacidades militares convencionais. O país celebrou no início deste ano parceria estratégica com a Rússia, que prevê intercâmbio militar.

O governo de coalizão de extrema-direita de Israel, liderado por Benjamin Netanyahu, vem conduzindo um massacre na Faixa de Gaza, com mais de 60 mil mortos, destruição física da região e enfraquecimento do Hamas, derrotou o Hezbollah no Líbano e viu Bashar Al-Assad ser apeado do poder na Síria, país em que ocupa uma porção ao sul. Na Cisjordânia, em fins de junho foi anunciado que 22 novas colônias tiveram recente autorização para sua implementação. Surgem notícias de que continuam havendo

tentativas, por parte dos governos de Israel e dos EUA, de expulsar os palestinos de Gaza e enviá-los a outros países, o que configuraria limpeza étnica. Embora defendida internacionalmente, estes movimentos vão consolidando a inviabilização da “solução de dois Estados” e implementando o projeto da “Grande Israel”. No entanto, isto traz complicações para a normalização das relações com países árabes, patrocinadas por Trump no primeiro mandato, os chamados “Acordos de Abraão”, no que se destaca um possível acordo com a Arábia Saudita. A questão palestina e a situação de Jerusalém, cidade sagrada para judeus, cristãos e muçulmanos tem grande apelo na região.

Pode-se dizer, em termos geopolíticos, que tem-se um “enfrentamento em duas camadas”. A disputa regional mais importante entre Israel e Irã com alianças e inimizades com países árabes por parte de ambos e a competição entre as Grandes Potências (EUA, Rússia e China) por influência na região. Na gestão de George W. Bush (2001-2009) os neoconservadores definiram o que seria o “Grande Oriente Médio”. Esta parte do mundo incluiria, além do “Oriente Médio original” também Ásia central, norte da África, Afeganistão e Paquistão. Os Estados Unidos, apoiados por seus aliados da OTAN, fizeram três grandes intervenções neste espaço: Afeganistão, Iraque e Líbia. No último caso se aproveitando de uma rebelião local. Todas resultaram em retumbantes fracassos, os países amargaram centenas de milhares de mortos, tiveram grande destruição física e hoje são fragmentados politicamente e assolados por conflitos, sendo o caso da Líbia o mais dramático. Do ponto de vista do interesse geopolítico dos EUA o que ocorreu foi que o Iraque, antes rival do Irã se tornou muito influenciado por este, o Afeganistão voltou a ter o Talibã no governo e se aproximou da Rússia e da China, e a Líbia, fraturada, tem parte do seu território comandado por insurgentes apoiados pela Rússia. É neste período, portanto, que a China e a Rússia ascendem e começam a ocupar espaços e construir alianças mais sólidas no “Grande Oriente Médio”, iniciando um desafio à primazia norte-americana. Ambos estabeleceram forte aliança com o Irã em desafio à aliança Israel-EUA. Uma solução para este conflito regional passaria por alguma espécie de “acomodação” entre as Grandes Potências, o que demandaria os EUA aceitarem maior presença e influência das outras Grandes Potências na região, o que, até aqui, não demonstrou querer aceitar.

## **A REUNIÃO DO G7 E A CÚPULA DA OTAN: DA COMÉDIA À HUMILHAÇÃO**

**Por José Luís Fiori**

---

O Grupo dos Sete (G7) foi criado em 1975, por iniciativa do presidente francês Valéry Giscard d'Estaing. Reuniu-se pela primeira vez na cidade de Rambouillet, perto de Paris, inicialmente como um G6, só incorporando seu sétimo membro, o Canadá, em 1976. Em 1998, virou G8 com a incorporação da Rússia, que depois foi excluída do grupo, em 2015.

Nos seus primeiros tempos, o G7 se propôs a ser uma reunião informal dos dirigentes dos sete países que eram na época os “mais ricos e industrializados” do mundo. Seu objetivo era discutir informalmente as grandes questões mundiais e, naquele momento em particular, a crise econômica mundial provocada pelo fim do padrão dólar e a primeira grande recessão do pós-II GM. Depois essa reunião se repetiu anualmente, e o G7 foi se transformando – com o avanço do processo de globalização – numa espécie de “comitê central” das grandes potências ocidentais – e mais o Japão – que dominaram a “ordem mundial” durante a segunda metade do século XX.

Quase simultaneamente com a criação do G7, criou-se também o Sistema Swift, que entrou em operação em 1977, com sede em Bruxelas, reunindo os grandes bancos e banqueiros destas mesmas potências, visando facilitar as grandes transações financeiras internacionais. Por cima das fronteiras nacionais, e por trás dos grandes negócios mercantis, este sistema acabou se transformando num “comando econômico central” dessas potências, que tutelaram o processo da globalização financeira depois do fim da Guerra Fria e recolocaram a OTAN na condição de “braço armado” do G7.

Por fim, a partir da década de 90, a reunião anual do Fórum Econômico Mundial de Davos foi escolhida como “parlamento” ou “parlatório” das elites políticas e empresariais de todo o mundo associadas ao projeto da globalização liberal. Deve-se ter claro que em todos estes espaços, foros e instâncias institucionais, os EUA foi sempre a potência dominante, de todos os pontos de vista.

Na segunda década do século XXI, entretanto, depois da grande crise econômica de 2008, da frustração com o insucesso das “guerras sem fim” dos EUA e da OTAN no Oriente Médio, do crescimento exponencial da China e da Índia, e do retorno da Rússia à condição de grande potência militar e energética, todas estas instâncias de gestão do projeto da globalização liberal foram perdendo representatividade e credibilidade. Os países-membros do G7 deixaram de ser os mais ricos e mais industrializados do mundo, e já não há mais razão para que alguns de seus membros sigam fazendo parte deste “comando político” do sistema mundial.

Foi nesse mesmo período de “declínio ocidental” que se formou o grupo do BRICS, que cresceu rapidamente e hoje já possui um PIB maior que o do G7, incluindo quatro das dez maiores economias do mundo (em termos de paridade do seu poder de compra), com 43% do PIB global, 50% das reservas mundiais de petróleo e 60% das reservas globais de gás natural, além de incluir a Rússia na condição de maior potência nuclear do planeta.

No seu primeiro mandato, o presidente Donald Trump deu claros sinais de que já havia compreendido e assimilado essa nova realidade; logo em seguida, o governo democrata de Joe Biden tentou reanimar o projeto de globalização liberal e suas várias instâncias de poder, sobretudo depois do sucesso de sua operação conjunta de derrubada do governo ucraniano, em 2014, por conta de sua resistência ao projeto da União Europeia e da OTAN, de “anexação” da Ucrânia. Esse “ressurgimento”, entretanto, durou pouco e já na reunião do G7 de Tóquio, em 2024, multiplicaram-se os sinais de fragilidade do grupo, ameaçado por uma possível vitória eleitoral de Donald Trump e pelo avanço manifesto da senilidade de Joe Biden.

Nada do que se viu em Tóquio, entretanto, chega aos pés do que aconteceu na reunião anual de 2025, realizada na cidade de Kanaskis, no Canadá, nos dias 16 e 17 de junho, poucos dias após o ataque militar de Israel contra o Irã. Um verdadeiro “bate-cabeças” de todos contra todos, como se estivéssemos assistindo a uma verdadeira “ópera cômica”, a começar com a chegada de seu principal personagem, o presidente americano - com seu indefectível boné de “garotão americano” - e que logo depois de desembarcar na cidade fez duas declarações que caíram como uma bomba no meio dos seus aliados “russofóbicos” do G7 e dos líderes da Comissão Europeia que estavam presentes.

Primeiro, Donald Trump defendeu a reincorporação da Rússia ao grupo, e em seguida expôs sua tese de que a Guerra da Ucrânia não teria ocorrido se Joe Biden não tivesse excluído os russos do G7, uma verdadeira heresia do ponto de vista de seus aliados da EU e da OTAN. Ato seguido, Trump retirou-se da reunião antes do jantar de

abertura e confraternização, negando-se a discutir uma tomada de posição conjunta do grupo frente ao conflito do Oriente Médio. Por fim, já a caminho de casa, ridicularizou de forma pessoal e explícita o presidente francês Emmanuel Macron, que já não anda bem das pernas há um bom tempo.

Aliás, desde antes da reunião já era possível anteciper o fracasso do encontro, se tivermos em conta que o líder do grupo, Donald Trump, desde o início de seu governo vem propondo a anexação, aos EUA, do Canadá, que é um dos Estados-membros do próprio grupo, além da Groenlândia, que pertence à União Europeia, que estava presente na reunião. Além disso, o governo Trump declarou e está em plena “guerra comercial” contra todos os seus “aliados” do G7. Por fim, o presidente americano desconheceu solenemente o presidente da Ucrânia, Vladimir Zelensky, que já foi “garoto propaganda” de Joe Biden e da EU, e hoje está transformado numa espécie de “mala sem alça” com o qual a Sra. Ursula Von der Leyen passeia por todas as reuniões, festas ou jantares promovidos pela União Europeia.

Depois disto, ficou irrelevante a declaração final de apoio ao “ataque preventivo” de Israel, elaborada pela Grã-Bretanha, França e Alemanha, que foi divulgada junto com o escandaloso “sincericídio” do primeiro-ministro alemão Friedrich Merz, que declarou que era bom que Israel “fizesse o trabalho sujo” de destruir o Irã em lugar dos europeus. Quatro dias depois, os EUA fizeram o “trabalho sujo” e bombardearam o Irã sem levar em conta o “arrufo” dos europeus soterrados pela onipotência e pelo deboche norte-americano.

Assim mesmo, uma semana depois deste bombardeio, Grã-Bretanha, França e Alemanha ainda tentaram desfazer a péssima imagem deixada pela reunião do G7 do Canadá, transformando a cúpula da OTAN, realizada na cidade de Haia, nos dias 27 e 28 de junho, num novo espetáculo circense, só que agora de absoluta subserviência e humilhação. Desta vez, sob o comando do secretário-geral da OTAN, o holandês Mark Rutte e seus liderados europeus fizeram verdadeiros malabarismos cenográficos e retóricos para não irritar o presidente americano e passar uma imagem fictícia de unidade e coesão interna. Aplaudiram de pé o ataque dos EUA contra o Irã e aprovaram a exigência americana de dedicar 5% dos seus orçamentos aos gastos militares, que na prática serão destinados à compra de armas norte-americanas. E literalmente esconderam o “mala sem alça” do grupo, o presidente Vladimir Zelensky, para que ele não fosse destrutado uma vez mais pelo presidente americano.

Mas os parceiros asiáticos da OTAN se negaram à comparecer à esta “pajelança”, e antes mesmo de desembarcar em Haia, Donald Trump já declarou – para pânico dos europeus em geral, e sobretudo

de seus pequenos Estados bálticos – que a garantia de defesa mútua consagrada pelo Artigo 5º. do Tratado do Atlântico Norte, assinado em 1948, dependia da interpretação que se fizesse de cada caso. Afirmação que ele mesmo desdiria algumas horas depois que todos se submeteram à sua vontade. Apesar de que todos os governantes europeus saibam hoje que a palavra de Trump varia a cada dia, assim como sabem que sua promessa comum de aumentar os gastos militares só será válida em 2035, quando provavelmente quase nenhum daqueles que assinaram o acordo estarão ainda à frente dos seus governos.

Por fim, e antes mesmo de chegar à Holanda, Donald Trump tornou pública uma carta pessoal do secretário-geral da OTAN, absolutamente humilhante, pelo seu grau de subserviência e bajulação. Nessa carta, Mark Rutte dirige-se ao presidente americano dizendo, textualmente, “parabéns e obrigado por sua ação decisiva, que foi realmente extraordinária, algo que ninguém mais ousou fazer. Isso deixa todos nós mais seguros. Você está voando para outro grande sucesso em Haia esta noite. Donald, você conseguirá algo que NENHUM outro presidente americano em décadas conseguiu fazer. A Europa vai pagar em GRANDE escala, como deveria, e a vitória será sua”. Pano rápido.



**OBSERVATÓRIO INTERNACIONAL  
DO SÉCULO XXI**

**Nº Julho/2025**